



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade**

**Curso de Ciências Econômicas**

Beatriz Abreu de Castro Figueiredo

**RELAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO DOS MUNICÍPIOS (IDHM) DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2001 A 2010**

2016

BEATRIZ ABREU DE CASTRO FIGUEIREDO

RELAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO  
HUMANO DOS MUNICÍPIOS (IDHM) DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2001 A 2010

Monografia apresentada à Faculdade de  
Economia, Administração, Atuária,  
Contabilidade, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria  
dos Santos

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

---

F488r Figueiredo, Beatriz Abreu de Castro  
Relação dos gastos públicos com o índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM) do Ceará no período de 2001 a 2010 / Beatriz Abreu de Castro Figueiredo - 2016.  
36 f.: il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Sandra Maria dos Santos.

1.Desenvolvimento humano – índices 2.Investimentos públicos – Ceará 3.Políticas públicas I. Título

CDD 330

---

BEATRIZ ABREU DE CASTRO FIGUEIREDO

RELAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS (IDHM) DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2001 A 2010

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria dos Santos (orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Raimundo Carvalho

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Augusto César de Aquino Cabral

Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria dos Santos, pela excelente orientação. Sua ajuda, dicas e incansáveis correções foram essenciais para que pudesse concluir o trabalho. Agradeço pela paciência.

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo e valiosas sugestões.

Aos meus pais, Martha e Ricardo, que durante toda minha vida me proporcionaram as melhores oportunidades sem as quais não estaria aqui hoje. Exemplo de casal e pais de família que carregarei comigo para o resto da vida. Se hoje estou atingindo mais essas conquistas na minha caminhada devo ela aos dois.

Aos demais familiares que sempre me deram suporte, incentivos e forças.

Aos professores Raul dos Santos, Guilherme Irfi, Henrique Félix, Eveline Barbosa, José Raimundo, Jair do Amaral, Andrei Simonassi, Paulo Neto, Maria Cristina e em especial ao professor Marcelo Callado que cada um do seu jeito fizeram uma grande diferença na minha graduação. Foi um privilégio tê-los como mestres.

Aos colegas de turma que há quatro anos e meio me acompanham seja de perto ou de longe, e que se mantiveram firmes no curso que começamos juntos. Aos amigos Victor Hugo, Mônica Patrícia, Thiago Freitas, Sisnando Santos, João Paulo, Aline Mendes, Diego Queiroz, Germano Gomes, Sara Parente, Jéssica Nayara, agradeço por toda a ajuda, horas de estudos, trabalhos que fizemos juntos. Parabéns meus colegas de profissão! Também aqueles que não nos acompanharam até o fim do curso, mas que jamais serão esquecidos. Camyla Uchôa, Douglas Albuquerque, Riviane Guimarães, Caio Nogueira, Camila Souza, Davi Magalhães, Eduardo Paulino, Isaac Bley, Lara Arriaga. Espero que tenham encontrado sucesso na carreira que escolheram.

Ao Centro Acadêmico de Economia que me proporcionou os melhores momentos da minha graduação. Cresci muito como pessoa dentro dessa entidade. Aos grandes amigos que lá fiz, Aline Xavier, Assuero Monteiro, Beatriz Barreto, Bernardo Melo, Davi Rufino, Emiler Bernardo, Felipe Hermes, Gabriel Teixeira, Guilherme Paiva, Israel Meireles, João Victor Escorcio, Lucas Flores, Lucas França, Luis Carlos, Mateus Melo, Mateus Nunes, Nathaniel Rocha, Pedro Veloso, Pedro de Andrade e em

especial ao Victor Cruz, que acreditou e me acompanhou em todo o percurso em que estivemos juntos a frente do CAECO. Desejo muito sucesso a todos vocês!

Aos meus amigos que me acompanham desde a escola e me apoiam em todos os passos da minha vida. Beatriz Bisól, Bruna Lima, David Guimarães, Gladson Euler, Ian Dantas, Ivna Silvestre, Larissa Cristino, Samya Alves, Victor Oliveira, vocês são os amigos que sei que levarei por toda a vida. Obrigada por tudo!

Ao Grupo de Estudos Dragão do Mar por me apresentar aos ideais que hoje acredito. Rodrigo Marinho, Raduán Melo, Kaio Lukas e em especial ao Ávilla Queiroz que me acompanhou durante quase toda minha vida acadêmica e foi essencial para essa caminhada.

E finalmente aos que, mesmo sem saber, me apoiaram e me incentivaram a concluir essa monografia.

## **RESUMO**

O atual cenário político e econômico faz da população mais interessada em acompanhar ações de seus governantes. Esta apesar de ter acesso a dados referentes a gastos públicos por meio de ferramentas de transparência criadas pelo governo, não sabe ao certo como estes gastos são empregados e como estes impactam em melhorias que afetam seu dia a dia. Este trabalho busca analisar como os gastos públicos impactam no Índice de Desenvolvimento Humano e em seus componentes de educação, longevidade e renda individualmente. A fim de verificar tal resultado, a pesquisa de cunho descritivo e quantitativo, utilizou regressões múltiplas para analisar como as variáveis explicativas escolhidas impactam no IDHM dos municípios do Ceará no período de 2001 a 2010. Os resultados obtidos mostram quais destas variáveis são significativas para o IDHM do Ceará, e se estas afetam de maneira positiva ou negativa na variável dependente. Concluiu-se que uma maior quantidade de gastos públicos realizados não necessariamente leva a um melhor Índice de Desenvolvimento Humano, o que significa que há outras variáveis, além dos gastos escolhidos para realização da pesquisa, que influenciam no Índice de Desenvolvimento Humano.

Palavras chaves: IDH; gastos públicos; Ceará

## **ABSTRACT**

The current political and economic scene leaves the population more interested in following their leaders' actions. Although they have access to data related to public spending through transparency tools created by the govern, they can't truly know how those spendings are being used and their impact on improvements on their day by day. This study analyzes how public spendings impact on the Human Development Index and on it's dimensions such as education, life expectancy and GNI individually. To confirm such result, this descriptive and quantitative research, used multiple regression to verify how the chosen variables impact on the HDI of the counties in the state of Ceará from 2001 to 2010. The results show which of those variables are significant to the HDI of the counties of Ceará, and if those impact positively or negatively on the dependent variable. It was concluded that more public spendings don't necessarily leads to a better HDI, which means that there are other variables, besides the public spendings that were chosen in this research, that induce the Human Development Index.

Key words: HDI; public spendings; Ceará

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Classificação do IDHM.....	14
Quadro 2 – Variáveis selecionadas para o estudo.....	16
Tabela 1 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM.....;;.....	18
Tabela 2 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM Educação.....	21
Tabela 3 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM Longevidade.....	22
Tabela 4 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM Renda.....	23



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	5
2.1 Desenvolvimento X crescimento.....	5
2.2 Desenvolvimento Humano.....	7
2.3 Políticas públicas e gastos públicos no Brasil.....	8
2.4 Índice de desenvolvimento humano (IDH) e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).....	11
3. METODOLOGIA.....	14
3.1 Tipologia de pesquisa.....	14
3.2 Base de dados.....	14
3.3 Tratamento e análise dos dados.....	15
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	17
4.1 Relação IDHM e gastos públicos – fatores explicativos.....	17
4.2 Relação dos componentes individuais do IDHM com gastos públicos – fatores explicativos.....	19
5. CONCLUSÃO.....	23
6. REFERÊNCIAS.....	25

## 1. INTRODUÇÃO

Devido aos recentes acontecimentos econômicos e políticos, tais como corrupção e lavagem de dinheiro, a sociedade tem hoje, mais interesse em compreender as contas públicas, e mais especificamente acompanhar o retorno de tudo aquilo que paga ao governo em forma de impostos. Desta forma, observa-se a necessidade de realizar estudos sobre a aplicação dos recursos públicos e sua efetividade ou falta da mesma, assim como o impacto dessas aplicações no desenvolvimento social dos municípios.

É por meio destes estudos e avaliações de políticas públicas que os governantes podem aperfeiçoar suas ações a fim de otimizar suas aplicações e investimentos, visando assim desenvolver economicamente e socialmente sua população.

É preciso, porém compreender para além do crescimento econômico. Este claro, importante para nortear as ações dos governantes, porém não abrange aspectos sociais tais como a qualidade de vida. Faz-se necessário distinguir este do conceito de desenvolvimento econômico e social, visto que este engloba diversas outras variáveis para além da acumulação de riqueza e renda.

O debate entre crescimento e desenvolvimento vem de muitos anos e se estende até então. Não há consenso quanto à diferença entre ambos, porém os mais atuais autores assumem a importância de se analisar aspectos sociais e humanos antes de se tomar decisões políticas.

Analisar a qualidade de vida é mais complicado que analisar dados econômicos. Este último, muito mais preciso, utiliza dados concretos enquanto aspectos sociais mudam de uma pessoa para outra e de períodos para outros. Desta forma, é bastante recente o estudo de desenvolvimento humano e social e ainda assim este não engloba aspectos suficientes para responder com precisão quanto à qualidade de vida.

Foi apenas no início da década de 1990 que foi criado um índice, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se propunha verificar para além da dimensão econômica, mas também o grau de desenvolvimento social, cultural e político de um país por meio de alguns indicadores de desempenho. Segundo a ONU, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi idealizado por Mahbub ul Haq com a

colaboração de Amartya Sen e tem como intuito analisar a qualidade de vida da população em várias regiões do mundo.

A ONU define o Índice de Desenvolvimento Humano como:

[...] uma medida de desempenho médio das dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida decente. O IDH é a média geométrica dos índices normalizados para cada um dos três dimensões. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2015, tradução nossa).

O IDH se identifica com o conceito de desenvolvimento econômico, no qual implicam, além do crescimento na renda per capita, mudanças estruturais, culturais e institucionais, que vem conseqüentemente acompanhado de melhoria da qualidade de vida da população. Como em alguns países a renda não reflete o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico, criou-se como alternativa o índice de desenvolvimento humano (BRESSER-PEREIRA, 2008).

A alternativa encontrada é importante fundamentada, porém como não é considerado o volume de investimentos nos locais estudados, faz-se essencial que se busquem novos indicadores que mensurem não só os efeitos quantitativos, mas também qualitativos como, por exemplo, o desempenho da gestão e os resultados em contrapartida aos impostos e, por conseqüência, os impactos na sociedade.

Segundo Rezende, Slomski e Corrar (2005), desde a constituição de 1988, a proximidade da população com os gestores vem aumentando devido à descentralização da gestão pública, o que tem como pontos positivos a redução de burocracia e conseqüentemente a redução de custos. Desta forma, a população passou a se sentir mais participativa na administração pública. Essa proximidade cresceu ainda mais quando em 2002 foram criadas leis que exigem maior transparência dos gastos públicos.

Porém, mesmo com as recentes leis que exigem transparência dos gestores, a população não tem fácil acesso à efetividade dos gastos públicos realizados e, por isso, faz-se necessário que se analise qual é o impacto desses investimentos no desenvolvimento social dos municípios, de forma que se compreendam como estes afetam os índices de educação, de longevidade e de renda. Em outras palavras, verificar a relação dos gastos públicos com o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios.

O desenvolvimento econômico e social de um município depende quase que exclusivamente das políticas públicas adotadas por seus gestores e, por isso, é necessário que se crie uma forma de mensurar os impactos dos investimentos sociais na sociedade. A população local, independente de seu nível cultural, deve ter acesso à contrapartida do que pagou na forma de tributos e impostos. Por isso o estudo se propõe a averiguar a seguinte questão de pesquisa: *Qual a relação dos gastos públicos com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)?*

Com base neste questionamento e na literatura consultada, este estudo parte da seguinte hipótese: *Os municípios que realizam maiores gastos públicos possuem Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado.*

A princípio, essa relação parece ser pertinente, porém como nem sempre os gastos governamentais são efetivos, faz-se necessário a análise da mesma.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é: *investigar como as políticas públicas, em forma de gastos públicos, se relacionam com o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) geral do Ceará no período de 2001 a 2010.* Este índice geral abrange as três variáveis presentes no cálculo do IDH, são elas: educação, longevidade e renda. Já os objetivos específicos da pesquisa serão *1) analisar a relação dos gastos públicos com IDHM de educação do Ceará, 2) verificar a relação dos gastos públicos com o IDHM de longevidade do Ceará e 3) observar a relação dos gastos públicos com o IDHM de renda do Ceará.* Desta forma, é possível verificar a influência dos gastos públicos não somente no índice completo como em cada uma das variáveis que formam este.

Esta pesquisa foi desenvolvida mediante análise de dados secundários disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), pela FINBRA (Finanças do Brasil) e pela PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento).

O estudo está voltado especificamente para os municípios do Estado do Ceará no período de 2001 a 2010. Analisou-se a primeira década do século, pois o Índice de Desenvolvimento Humano divulgado pela ONU e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal divulgado pela PNUD Brasil, se dá a cada 10 anos como resultado dos censos realizados nos países e municípios respectivamente. A análise dos dados

inclui técnicas de regressão múltipla, para analisar a influência dos gastos públicos no nível de desenvolvimento humano.

A pesquisa de cunho descritivo e quantitativo analisou, por meio de regressões múltiplas, a relação das variáveis explicativas selecionadas com a variável dependente IDHM. Desta forma foi possível observar como alterações nestas variáveis explicativas impactam ou não no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Ceará.

Para o desenvolvimento deste estudo, dividiu-se o trabalho em 6 (seis) seções. Na primeira seção encontra-se a introdução a qual apresenta uma breve introdução do estudo bem como uma justificativa, os problemas, as hipóteses e os objetivos para o mesmo. A segunda seção conta um referencial teórico a fim de dar embasamento da pesquisa. A seção de número três conta com a metodologia a ser utilizada no estudo, enquanto a quarta seção apresenta a análise dos resultados obtidos a partir da metodologia apresentada. A quinta seção apresenta a conclusão do estudo a partir dos resultados alcançados e a sexta e última seção conta com as referências utilizadas durante a pesquisa.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

Nesta sessão faz-se uma incursão teórica nos conceitos de desenvolvimento e crescimento, desenvolvimento humano, em políticas e gastos públicos no Brasil e no índice de desenvolvimento humano e índice de desenvolvimento humano municipal.

### **2.1 Desenvolvimento X crescimento**

Desenvolvimento e crescimento econômico são dois conceitos bastante diferentes, mas que por muito tempo não foram feitas distinções clara entre ambos. Os primórdios no assunto trabalhavam com a ideia de um conceito único, mesmo sabendo da existência de ambos. “Uma das primeiras evidências é a não abordagem por parte dos autores desses conceitos de uma maneira direta. Os autores tem obviamente uma noção do que seria considerado o “melhor” para uma sociedade. Eles desenvolvem as teorias a partir dessa ideia” (LUCHT FILHO, 2004, p. 4). Ou seja, apesar de não desenvolverem claramente conceitos distintos sobre crescimento e desenvolvimento econômico, esses autores sabiam da existência de ambos e criaram teorias pensando no melhor para a população da época.

A ideia de desenvolvimento como a que se passou a entender após a Segunda Guerra Mundial, não era clara, por exemplo, para os Clássicos.

Para Malthus (1798), o desenvolvimento das sociedades estava diretamente ligado a fatores econômicos, tais como o aumento da produção e da renda nacional. Malthus assumiu que o principal fator para o desenvolvimento de uma sociedade era o controle da população, o qual poderia barrar ou estimular o crescimento econômico o que geraria uma melhora ou piora da qualidade de vida.

Ricardo (1817), assim como os demais Clássicos não apresentou diretamente a distinção entre os dois conceitos, porém sabia da coexistência de ambos. Para ele, a acumulação de capital que é o principal fator para o crescimento econômico, levaria a uma melhoria das condições de vida de forma que se aumentaria a tendência para procriação. Isso acarretaria um aumento da procura por trabalho e conseqüentemente uma subida no nível de salário e melhoria das técnicas de produção. Desta forma o crescimento econômico levaria a um aumento da qualidade de vida e conseqüentemente ao desenvolvimento econômico.

Para Lucht (2004), os pós-clássicos fundamentaram suas teorias nos clássicos, porém utilizaram medidas macroeconômicas para buscar o desenvolvimento. Passou-se a enfatizar variáveis não econômicas como sendo vitais para o processo de desenvolvimento.

Mesmo nos dias de hoje, segundo Orsi (2009), é bastante comum encontrar abordagens que caracterizam o desenvolvimento apenas por meio de indicadores econômicos, como por exemplo, o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Essa abordagem ocorre por meio de uma falsa perspectiva de que com o crescimento econômico se estabelece uma alta do consumo, aumento da industrialização e acumulação de capital, fazendo com que a população de nações pobres se aproxime do padrão de vida estabelecido nas nações mais desenvolvidas e que essas realizações seriam factíveis ao longo do tempo.

Essa foi uma abordagem utilizada por Rostow (1966), o qual acreditava que o crescimento constante da economia promoveria desenvolvimento de diferentes países. É compreensível que o mesmo tenha chegado a essa conclusão devido ao momento da economia mundial no período de pós-guerra no qual o mesmo estava inserido.

Na década de 80, porém, o novo cenário mundial não mais permitia ver o desenvolvimento como Rostow defendeu. A palavra desenvolvimento ganhou outro significado e novos elementos na sua composição. Um deles foi o meio ambiente, que até então era visto como um recurso a ser explorado e que gerava desenvolvimento econômico. Altvater (1995), por exemplo, expôs ideias de que o desenvolvimento baseado em crescimento econômico era contrário à preservação ambiental.

No início do século XXI, novas abordagens a respeito de desenvolvimento foram criadas, já se assemelhando aquelas apresentadas mais recentemente. Sen (2000) sustenta que na análise de desenvolvimento devem-se considerar questões sociais como: morte prematura, morbidez, fome crônica, liberdade de expressão, liberdade política, oportunidades sociais, segurança, entre outras.

É tão importante conhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2000, p. 28).

Para os primórdios dos estudos sobre desenvolvimento econômico, como Hume, Adam Smith e Malthus, o crescimento econômico era até então principal fonte para o desenvolvimento. Já para os autores mais recentes, como Sen, apesar de possuir um peso relevante nas análises, o crescimento econômico é apenas mais um dos diversos elementos que devem ser avaliados no processo.

A partir dessas abordagens tem-se que “O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.1)”, ou seja, é um conceito que está relacionado, entre outros, à melhoria do bem estar da população. Enquanto o conceito de crescimento econômico está associado à mudanças nas variáveis econômicas.

O conceito de desenvolvimento leva com si uma dificuldade maior de se avaliar comparado ao crescimento, pois este último está relacionado à variáveis mais simples de se quantificar. Com o intuito de se analisar o desenvolvimento humano, foi criado pela ONU um índice apropriado para tal que será discutido posteriormente.

## **2.2 Desenvolvimento humano**

Assim como o conceito de desenvolvimento econômico, entende-se como desenvolvimento humano, o nível de bem estar das pessoas. Para atingir tal nível, algumas características são essenciais, tais como nível de renda, longevidade, liberdades políticas e econômicas, nível educacional, entre outros. Assim é definido o desenvolvimento humano na perspectiva do Relatório de Desenvolvimento Humano (1997), da PNUD:

O processo de alargamento das escolhas das pessoas e o nível de bem-estar que atingiram estão na essência da noção de desenvolvimento humano. Tais escolhas não são finitas nem estáticas. Mas independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos. A renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano (PNUD - RDH, 1997).

Para atingir um melhor nível de desenvolvimento humano e menor desigualdade social, faz-se necessária uma avaliação sobre as necessidades da população, levando em



consideração as diferenças culturais e regionais, de forma a se tomar providências financeiras e sociais.

O desafio da erradicação das desigualdades sociais intoleráveis que ainda prevalecem no país faz com que seja necessária a aplicação de políticas públicas com o objetivo de combater o nível de pobreza e promover a melhoria das condições de vida, principalmente das populações mais carentes. Para tanto, é necessário determinar com precisão as localidades que mais necessitam de apoio sustentado, em busca da inclusão social e do desenvolvimento (CAVASSIN, 2004, p. 1).

Historicamente, o desenvolvimento humano era relacionado diretamente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e aumento de outras variáveis econômicas, tais como a industrialização, avanços tecnológicos, etc. Porém, segundo Cavassin (2004), o bem estar da população não necessariamente se eleva com estes avanços econômicos. Logo, o plano de desenvolvimento deve se preocupar em como o produto será distribuído de forma a promover benefícios, ou seja, este deve ser avaliado em sua forma qualitativa e não quantitativa.

O Produto Interno Bruto (PIB), que até então era o que definia o nível de desenvolvimento humano, tornou-se uma medida inadequada, daí surgiu à necessidade de se criar uma nova maneira de mensurar o desenvolvimento humano, de forma a analisar outras variáveis e não mais somente as econômicas. Este será tratado posteriormente.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990 apresentou um indicador de Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como importante contraponto ao PIB. (...) O índice foi idealizado com o intuito de obter uma medida geral e sintetizada, capaz de fornecer uma visão sobre os aspectos da condição humana, nas dimensões avaliadas (CAVASSIN, 2004, p.3).

### **2.3 Políticas públicas e gastos públicos no Brasil**

Segundo Souza (2006), não há uma única, nem uma melhor, definição sobre o conceito de política pública. Diversos autores abordaram o tema sendo algumas definições mais conhecidas que outras. Mead (1995) definiu de uma maneira simplista como sendo um campo dentro do estudo da política que analisa questões políticas advindas do governo. Dye (1984) resume em ações que o governo escolhe fazer ou não. Para Lynn (1980), políticas públicas são um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. A definição de Laswell (1936) é a mais conhecida e diz

que políticas públicas são decisões e análises que procuram responder questões como quem ganha o quê, o por quê e que diferença faz.

Segundo Jann e Wegrich (2007), o ciclo de uma política pública é dividido em cinco etapas: i) análise (agenda-setting); ii) formulação (design); iii) escolha (tomada de decisão); iv) implementação; e v) avaliação de resultados. Ou seja, em um primeiro momento, ocorrem as definições dos problemas e estes são colocados na agenda; em seguida, as políticas são desenvolvidas, adotadas e implementadas; e, por último, elas são avaliadas em relação a sua eficácia e eficiência.

Para Resende (2014), as políticas públicas são essenciais para nortear a atuação do governo. Estas devem ser avaliadas de forma a se determinar o impacto da mesma em diferentes localidades para que desta forma se possa otimizar os resultados alcançados.

A compreensão de como uma combinação (*mix*) de políticas públicas impacta diferentemente o território brasileiro é fundamental para proporcionar um melhor planejamento e uma eficiente aplicação dos recursos, bem como para a otimização dos resultados alcançados. Nesse sentido, cooperação e coordenação das políticas públicas no território devem ser princípios balizadores da atuação do Estado brasileiro. (RESENDE, 2014, prefácio).

Em outras palavras, as avaliações obtidas com políticas públicas definem as ações seguintes do governo e a partir destas, o Estado poderá aperfeiçoar as aplicações de seus gastos de forma a atingir os melhores resultados possíveis.

Segundo Fernandes (1998, p. 4), esse gasto social é a “[...] consolidação do gasto público brasileiro com programas voltados para a melhoria, a curto ou longo prazos, das condições de vida da população, e também para o atendimento mais amplo das demandas sociais colocadas pelo status de cidadania”.

Para a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (2015) “gastos públicos são os valores gastos pelo Estado para custear os serviços públicos prestados à sociedade”. Segundo Mariotti (2015), estes valores advêm de recursos coletados através de impostos cobrados de parte da população para transferir para outra parte da mesma. Estes tendem a se expandir crescentemente em resposta ao desenvolvimento econômico observado nas economias modernas.

Para Mariotti (2015), são os gastos públicos que permitem ao governo estabelecer prioridades na prestação de serviços públicos básicos e de investimentos. O

Estado brasileiro assume como função custear áreas como saúde pública, educação pública, defesa nacional, justiça, assistência social, regulação, entre diversas outras, estas possibilitadas graças à arrecadação de impostos.

Segundo Rezende, Slomski e Corrar (2005, p. 28), “Observa-se como um desafio, para entidades públicas, conseguir evidenciar o impacto que os investimentos sociais provocam na melhoria da qualidade de vida da população [...]”. Não é simples demonstrar em números os impactos obtidos por algumas políticas públicas de modo a apresentar a sociedade os retornos esperados após a implementação de recursos públicos. Em seus estudos analisaram como gastos públicos na forma de despesa corrente, despesas de capital, investimentos, receitas tributárias e variáveis socioeconômicas como distância entre a capital e o município, número de habitantes e densidade demográfica impactam no nível de desenvolvimento humano dos municípios de São Paulo.

Um maior interesse por parte da sociedade e as leis reguladoras, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem feito com que os gestores públicos se esforcem para prestar contas e apresentar resultados tangíveis.

A Lei nº 101 de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, foi criada com o intuito de uma maior transparência e controle dos gastos públicos e evitar gastos desnecessários. Esta:

Pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (Art. 1º, § 1º Lei 101/2000).

Porém, mesmo após a implementação da mesma, ainda se observa uma assimetria de informação, pois a população não sabe se o seu gestor público está maximizando o retorno do capital na produção de bens e serviços. Os dados disponíveis são apenas quantitativos excluindo o caráter qualitativo dos gastos, o que gera questionamentos se esses são produtivos ou não. Para Cândido Junior (2001, p. 233), “A preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é recorrente, sobretudo com os impactos deles sobre o crescimento econômico”.

## **2.4 Índice de desenvolvimento humano (IDH) e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)**

Para Miles (1985), era evidente o descompasso entre crescimento econômico e as mudanças sociais da população. Mesmo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ainda eram perceptíveis altos níveis de pobreza e de desigualdade social em vários países. O crescimento econômico deixou de ser suficiente para garantir o Desenvolvimento Social e o PIB se tornou uma medida cada vez menos apropriada para representar o bem-estar social. Diante a este cenário viu-se a necessidade de se criar um novo indicador social.

Segundo Jannuzzi (2004), entende-se por indicador social uma construção teórica que busca se aproximar ao máximo de uma realidade. Este não indica uma realidade em si, mas sim um meio concreto de representa-la usando técnicas, conceitos e limitações financeiras, com o objetivo de formular teses ou políticas públicas buscando solucionar e entender os problemas. Isto é:

[...] é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2004, p. 15).

No final do século XX, com o objetivo de se oferecer uma alternativa ao indicador de crescimento econômico utilizado até aquele período, foi criado, em 1990, por Mahbub ul Haq em colaboração com Amartya Sem, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pela ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com o objetivo de fornecer uma medida geral e sintética do desenvolvimento. A construção desse novo índice surgiu como contraponto ao Produto Interno Bruto – PIB, que foi extensamente empregado, porém, considerando somente a dimensão econômica do desenvolvimento (CAVASSIN, 2004, p. x).

O Índice de Desenvolvimento Humano já passou por diversas mudanças em sua metodologia, e a que hoje o sustenta, segundo o PNUD (2015), são três pilares:

- a) Uma vida longa e saudável (saúde) que é medida pela expectativa de vida;
- b) O acesso ao conhecimento (educação) que é medido por:

- i) média de anos de educação de adultos [...]; e
- ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar [...].

c) O padrão de vida (renda) que é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar.

“Valendo-se do sucesso do IDH, as Nações Unidas tornaram-se capazes de sinalizar, aos governantes dos diversos países e regiões em desenvolvimento, a proposição de que buscar crescimento não é sinônimo exclusivo de fazer aumentar o produto interno bruto (SCARPIN, SLOMSKI, 2007, p.910)”. O que passou a significar que o desenvolvimento de um país ou município é mensurado não somente pela renda dos indivíduos, mas também pela sua saúde (longevidade) e pela sua educação. Quebrando, dessa forma, uma crença que o Índice de Desenvolvimento Humano é elaborado apenas por meio de riquezas.

Mesmo com seu sucesso sabe-se hoje que o IDH não é um indicador completo devido:

A forma como avalia e combina as dimensões que considera ainda o torna suscetível à possibilidade de graves distorções. Ele não permite, por exemplo, acessar a intensidade da pobreza que decorre da desigualdade de renda em um país, pois o PIB per capita é o único indicador utilizado para explicar a dimensão renda do IDH. Além disso, a importância dos aspectos medidos varia de uma região do mundo para outra. E a qualidade da educação e da saúde medidas pelos indicadores quantitativos não é levada em conta (SANT’ANNA, 2014, p. 4).

Outro de seus diversos problemas, além da sua abrangência incompleta, é que até então se trabalhava com um único indicador que representava todo o país. Porém dentro de um mesmo território há enormes desigualdades entre os municípios, ou seja, é possível observar cidades muito desenvolvidas e outras extremamente subdesenvolvidas. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2012 o PNUD Brasil juntamente com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, a fim de resolver essa questão, adaptou a metodologia do IDH global com o objetivo de calcular o IDH Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros. Desta forma, tornou-se possível analisar os aspectos de desenvolvimento a níveis regionais.

Segundo o PNUD Brasil, para o cálculo do IDHM consideram-se as mesmas três dimensões do IDH – longevidade – por meio da expectativa de vida ao nascer –;

educação – essa dividida entre a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem – e renda – por meio da renda per capita. Este, porém, é mais adequado para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. A metodologia do IDH divulgado pela ONU foi adaptada aos indicadores disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir a mesma fonte de dados e se permitir comparações entre todos os municípios.

De acordo com o PNUD Brasil, após a manipulação dos dados municipais provenientes da mesma fonte, é feita uma média geométrica entre o IDHM de longevidade, o IDHM de educação e o IDHM de renda, de forma a atingir o resultado individual para cada município. O quadro mostra a classificação do IDHM no Brasil:

*Quadro 1 – Classificação do IDHM*

IDHM entre 0 e 0,499	Muito baixo desenvolvimento humano
IDHM entre 0,500 e 0,599	Baixo desenvolvimento humano
IDHM entre 0,600 e 0,699	Médio desenvolvimento humano
IDHM entre 0,700 e 0,799	Alto desenvolvimento humano
IDHM entre 0,800 e 1	Muito alto desenvolvimento humano

*Fonte: PNUD Brasil (2016).*

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é medido entre a escala de 0 a 1 e é dividido em cinco categorias, de acordo com a mais recente classificação de 2012. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município. Segundo o PNUD Brasil, na sua última classificação em 2010, a média de todos os municípios do Brasil apresenta IDHM 0,727, o que caracteriza um Alto Desenvolvimento Humano. Sabe-se porém que a desigualdade social entre municípios ainda é muito grande e que essa média está bastante longe daqueles que possuem IDHM muito baixo.

Na próxima seção, esta classificação do IDHM será utilizada para dividir a base de dados dos municípios do Ceará em suas respectivas categorias.

### **3. METODOLOGIA**

Nesta seção faz-se uma explanação da tipologia de pesquisa utilizada, da base de dados e do tratamento e análise dos mesmos.

#### **3.1 Tipologia de pesquisa**

Este estudo teve como objetivo investigar como os gastos públicos se relacionam com o índice de desenvolvimento humano dos municípios do Ceará.

A pesquisa tem caráter descritivo e quantitativo, o que significa que foram visadas a identificação, registo e análise de variáveis que se relacionam com um fenômeno. Segundo Perovano (2014), após a coleta de dados, a pesquisa descritiva estuda o caso de forma a analisar as variáveis para uma determinação de efeitos resultantes do estudo. Nesta tipologia de estudo, o pesquisador não interfere na realidade, apenas observa as variáveis que estão vinculadas ao fenômeno.

Quanto a seu caráter quantitativo:

[...] os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. [...] A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, p.20).

#### **3.2 Base de dados**

A pesquisa foi desenvolvida com base em dados secundários e de forma transversal, o que significa que as informações foram coletadas somente uma vez no tempo.

Foram analisados municípios do Estado do Ceará e a amostragem conta com todos aqueles que apresentaram e publicaram suas informações quanto aos gastos públicos no período de 2001 a 2010. Dentre a população composta por 184 municípios do Estado, entraram na amostra 145 e o restante foi excluído devido à ausência de informações. Estes dados foram coletados junto ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Finanças do Brasil dos Municípios (FINBRA) e do Programa das Nações Unidas (PNUD Brasil).

As variáveis explicativas selecionadas para realizar o estudo representam investimentos públicos que mantêm relação direta com o IDH, tais como investimento em saúde, educação, habitação, infraestrutura urbana, entre outros. Estes investimentos estão inseridos em variáveis econômicas como despesa corrente, despesa de capital e o volume de receita tributária dos municípios.

Estas variáveis foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo como base o ano de 2015. Este deflator foi utilizado tendo vista um estudo a cerca de finanças públicas realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2011, no qual utilizou-se este índice para deflacionar os dados apresentados.

Além de variáveis econômicas, também foram selecionadas variáveis socioeconômicas como população, densidade demográfica e distância do município à capital a fim de se verificar como estas se relacionam com a variável dependente.

*Quadro 2 – Variáveis selecionadas para o estudo*

Variável Dependente		Fonte	Período
IDHM		PNUD Brasil	2010
Variáveis Explicativas		Fonte	Período
Variáveis econômicas	X1 - Despesa Corrente de Capital	FINBRA	2001 - 2010
	X2 - Despesa de Capital Total	FINBRA	2001 - 2010
	X3 - Receita Tributária Total	FINBRA	2001 - 2010
	X4 - Investimento Total	FINBRA	2001 - 2010
Variáveis socioeconômicas	X5 - Distância entre o município e a capital	IBGE	2010
	X6 - Número de habitantes do município	IBGE	2010
	X7 - Densidade Demográfica	IBGE	2010

*Fonte: Elaboração da autora baseado na metodologia de Rezende, Slomski e Corrar (2005).*

### **3.3 Tratamento e análise dos dados**

Além da seleção das variáveis, a metodologia utilizada neste estudo dos dados foi adaptada da pesquisa de Rezende, Slomski e Corrar (2005). O estudo compreende duas etapas:



1) Regressão múltipla, para diagnosticar os fatores relevantes para a classificação do IDHM total;

2) Regressões múltiplas, para diagnosticar os fatores relevantes para a classificação do IDHM de educação, IDHM de longevidade e IDHM de renda individualmente.

De acordo com dados do PNUD Brasil, dos 145 municípios presentes na amostra, 4 possuem IDHM alto, 102 possuem IDHM médio e 39 IDHM baixo. O Ceará, até o ano de 2000, não possuía nenhum município classificado com IDHM alto ou muito alto. Com a última classificação – censo 2010 – 4 municípios atingiram índice acima de 0,700, foram eles Eusébio, Crato, Sobral e Fortaleza.

Na primeira etapa da pesquisa, foram projetadas regressões múltiplas a fim de verificar a relação entre as variáveis de estudo e observar o impacto das variáveis explicativas no IDHM.

Após esse processo, foram realizadas outras três regressões múltiplas com o intuito de analisar a relação individual das variáveis explicativas com cada um dos índices que compõe o IDHM, são eles IDHM de educação, IDHM de longevidade e IDHM de renda.

As variáveis selecionadas foram transformadas em duplo log a fim de suavizar os coeficientes e transformá-los em elasticidade para medir o impacto da sua alteração na variável dependente.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguinte seção apresenta os resultados após o tratamento e manipulação dos dados com vistas ao alcance dos objetivos propostos.

### 4.1 Relação IDHM e gastos públicos - fatores explicativos

Após o tratamento dos dados e a transformação das variáveis em duplo log, produziu-se um modelo, por meio de regressão múltipla, a fim de verificar o impacto das variáveis explicativas na variável dependente apresentadas anteriormente.

Na Tabela 1, têm-se as estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis.

*Tabela 1 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM*

Variável dependente: log(IDHM)				
Variáveis explicativas	Coefficiente	Erro-Padrão	Estatística-t	Prob.
Constante	-0.710632	0.030790	-23.07980	0.0000
Log(Despesa Corrente)	-0.008570	0.003874	-2.212350	0.0271
Log(Despesa de Capital)	-0.005701	0.008431	-0.676151	0.4991
Log(Investimento)	0.000155	0.007177	0.021537	0.9828
Log(Receita Tributária)	0.016822	0.002010	8.369752	0.0000
Log(Distância Município – Capital)	-0.001465	0.001604	-0.913041	0.3614
Log(Número de habitantes)	0.015100	0.002430	6.213814	0.0000
Log(Densidade Demográfica)	0.022948	0.001431	16.03849	0.0000
<b>Número de observações</b>	1439	<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>		0.445358
<b>R<sup>2</sup></b>	0.448058	<b>Prob F</b>		0.000000
<b>Estatística F</b>	165.9519	<b>p-valor</b>		0.000000

*Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório do E-views.*

As variáveis explicativas *Despesa Corrente*, *Receita Tributária*, *Número de Habitantes* e *Densidade Demográfica* apresentaram resultados significativos ao modelo, considerando um nível de significância de 10%. As demais variáveis não são significativas para o IDHM.

De acordo com Hair et al. (1998), o fato de alguns coeficientes apresentarem valores próximos de zero não invalida o poder discriminatório do modelo, apenas dificulta a interpretação

Observa-se que a medida de *Nagerkerke* ( $R^2$ ), que mostra o quanto o modelo consegue explicar os valores observados, no caso específico mostra que o modelo é capaz de explicar 44,8% da variação da variável dependente e  $R^2$  ajustado 44,5%. Porém um  $R^2$  baixo não necessariamente implica em um modelo ruim e por isso se deu relevância a relação das variáveis explicativas com a explicada.

Um r-quadrado pequeno sugere que a variância do erro é grande em relação à variância de  $y$ , o que significa que podemos ter muito trabalho para estimar  $\beta$  com precisão. Porém [...] uma variância grande do erro pode ser compensada por uma amostra de tamanho grande: se tivermos dados suficientes, podemos ter condições de estimar com precisão os efeitos parciais, mesmo que não tenhamos controlado muitos dos fatores não observados. (WOOLDRIDGE, 2014, p. 189)

As *Despesas Correntes* se mostraram significantes, porém com sinal negativo possivelmente, pois essas, segundo a Secretaria de Orçamento Federal (2016), são destinadas a custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como despesa com pessoal, juros da dívida, serviços de terceiros, despesa com água, energia, telefone, etc. Esse tipo de despesa não amplia os serviços prestados pelo órgão e nem expande suas atividades. Dessa forma, não causa impacto positivo em variáveis como educação, longevidade e renda.

A variável *Receita Tributária* impacta positivamente na variável dependente e sua elasticidade mostra que uma elevação de 1% desse recurso é capaz de acarretar uma melhora de 0,016% no IDHM. Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, entre eles impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais (JUSBRASIL, 2016). Essas têm como finalidade o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento. Essa receita inclui toda a renda própria dos municípios e boa parte de toda a despesa advém desta renda. Desta forma, impactam positivamente nas variáveis que compõe de Desenvolvimento Humano Municipal.

A variável *Número de Habitantes* se mostrou significativa ao modelo, onde um aumento de 1% na mesma afeta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal respectivamente em 0,015%. Um maior número de habitantes gera maior receita

tributária e esta, como já abordado anteriormente, afeta variáveis que compõe o Índice analisado.

*Densidade Demográfica*, assim como as anteriores, apresenta significância para o modelo, onde um aumento de 1% desta impacta o IDHM em 0,022%. Isto ocorre, pois densidade demográfica mede a concentração de pessoas em um local. Desta forma se há um aumento desta variável, a receita tributária também crescerá e novamente impactará nos componentes do IDHM.

A variável *Despesa de Capital* não se mostrou significativa ao modelo. Segundo a definição da Secretaria de Orçamento Federal (2016), essas estão relacionadas com aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras, aquisição de imóveis e concessão de empréstimos para investimento e, por isso, não gera impacto no IDHM.

*Investimentos* tampouco se mostrou significativa. Essas são despesas relacionadas com planejamento execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material, permanente, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro, segundo a Secretaria de Orçamento Federal (2016).

*Distância Município-Capital* também não apresenta significância. Isso pode ser explicado visto que as transferências intergovernamentais, e as receitas tributárias do município não dependem da distância deste para com a capital, mas sim de outros fatores como, por exemplo, número de habitantes, a sua proximidade com outras áreas desenvolvidas do estado, etc.

#### **4.2 Relação dos componentes individuais do IDHM com gastos públicos - fatores explicativos**

Sabe-se segundo a PNUD Brasil (2016), que o IDHM é composto pelas três mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: “a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde (longevidade), educação e renda”. Este é composto pela média geométrica de três indicadores individuais: IDHM longevidade, IDHM educação e IDHM renda. Desta forma se analisou além do IDHM

como um todo, as relações individuais de cada componente com os gastos públicos e variáveis socioeconômicas selecionadas.

*Tabela 2 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM Educação*

**Variável dependente: log(IDHM Educação)**

<b>Variáveis explicativas</b>	<b>Coeficiente</b>	<b>Erro-Padrão</b>	<b>Estatística-t</b>	<b>Prob.</b>
Constante	-0.775569	0.061815	-12.54652	0.0000
Log(Despesa Corrente)	-0.008393	0.007777	-1.079186	0.2807
Log(Despesa de Capital)	-0.005312	0.016927	-0.313811	0.7537
Log(Investimento)	-0.000833	0.014409	-0.057799	0.9539
Log(Receita Tributária)	0.020069	0.004035	4.973589	0.0000
Log(Distância Município – Capital)	-0.016214	0.003220	-5.034814	0.0000
Log(Número de habitantes)	0.010495	0.004879	2.151242	0.0316
Log(Densidade Demográfica)	0.034142	0.002872	11.88602	0.0000
<b>Número de observações</b>	1439	<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>		0.294956
<b>R<sup>2</sup></b>	0.298389	<b>Prob F</b>		0.000000
<b>Estatística F</b>	86.94149	<b>p-valor</b>		0.000000

*Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório do E-views.*

Ao se considerar como variável dependente o IDHM Educação, apresentaram significância ao modelo as variáveis *Receita Tributária*, *Distância entre o Município e a Capital*, *Número de Habitantes* e *Densidade Demográfica*.

A diferença desta análise para a que considera o IDHM como todo, é que a Distância entre Município e Capital passou a ser significativa, porém com um sinal negativo. Isso quer dizer que um aumento de 1% desta variável impacta o IDHM negativamente em 0,016%.

Tabela 3 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM Longevidade

Variável dependente: log(IDHM Longevidade)

Variáveis explicativas	Coefficiente	Erro-Padrão	Estatística-t	Prob.
Constante	-0.494466	0.020293	-24.36629	0.0000
Log(Despesa Corrente)	-0.001815	0.002553	0.710847	0.4773
Log(Despesa de Capital)	-0.009357	0.005557	-1.683944	0.0924
Log(Investimento)	0.008703	0.004730	1.839832	0.0660
Log(Receita Tributária)	0.002243	0.001325	1.693454	0.0906
Log(Distância Município – Capital)	0.005544	0.001057	5.244385	0.0000
Log(Número de habitantes)	0.012424	0.001602	7.757073	0.0000
Log(Densidade Demográfica)	0.005726	0.000943	6.071756	0.0000
<b>Número de observações</b>	1439	<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>		0.261741
<b>R<sup>2</sup></b>	0.265334	<b>Prob F</b>		0.000000
<b>Estatística F</b>	73.83215	<b>p-valor</b>		0.000000

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório do E-views.

Na regressão onde se considerou como variável dependente o IDHM longevidade, tendo um nível de 10% de significância, todas as variáveis com exceção de *Despesas correntes* se mostraram significativas ao modelo. Como já explanado anteriormente, este tipo de despesa não amplia os serviços prestados pelo órgão e nem expande suas atividades o que é possivelmente um motivo para a não significância desta.

*Tabela 4 - Estimativas dos coeficientes Beta e testes de significância das variáveis para a variável dependente IDHM Renda*

**Variável dependente: log(IDHM Renda)**

<b>Variáveis explicativas</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro-Padrão</b>	<b>Estatística-t</b>	<b>Prob.</b>
Constante	-0.862993	0.038551	-22.38585	0.0000
Log(Despesa Corrente)	-0.018630	0.004850	-3.841170	0.0001
Log(Despesa de Capital)	-0.003201	0.010556	-0.303250	0.7617
Log(Investimento)	-0.006839	0.008986	-0.761021	0.4468
Log(Receita Tributária)	0.028130	0.002516	11.17865	0.0000
Log(Distância Município – Capital)	0.006236	0.002008	3.105188	0.0019
Log(Número de habitantes)	0.022013	0.003043	7.235120	0.0000
Log(Densidade Demográfica)	0.029088	0.001791	16.23751	0.0000
<b>Número de observações</b>	1439	<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>		0.437787
<b>R<sup>2</sup></b>	0.440524	<b>Prob F</b>		0.000000
<b>Estatística F</b>	160.9642	<b>p-valor</b>		0.000000

*Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório do E-views.*

Ao considerar IDHM Renda como variável dependente, o resultado da regressão apontou como significantes as variáveis *Despesa Corrente*, *Receita Tributária*, *Distância entre município e capital*, *Número de habitantes* e *Densidade Demográfica*. As variáveis *Despesa de Capital* e *Investimento* não se mostraram significativas ao modelo, pois estas estão relacionadas a aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras, aquisição de imóveis, entre outros fatores que não atingem diretamente na renda per capita.

No estudo realizado por Rezende, Slomski e Corrar (2005), o qual este estudo teve como referência, foram utilizadas as mesmas variáveis explicativas para o período de 1991 a 2000 e o resultado encontrado por eles apesar de semelhante, mostrou que diferentemente do atestado na presente pesquisa, todas as variáveis econômicas por eles utilizadas apresentaram significância no modelo.

## 5. CONCLUSÃO

Devido a atual descrença da população para com os governantes e a facilidade de acesso às notícias, tem-se hoje uma maior preocupação e uma mais intensa cobrança de melhorias e resultados concretos oriundos das tributações. O governo apresenta uma transparência de seus gastos em que todos têm acesso a eles, porém com tantas notícias de corrupção dentro da máquina pública a sociedade tem agora certo receio em acreditar apenas em números, e o que realmente se espera são melhorias concretas no seu cotidiano.

Como proposto, este estudo analisou a relação entre gastos públicos e o índice de desenvolvimento humano municipal, de forma a verificar se os primeiros impactam no segundo. Além disso, foi verificado o impacto dos gastos públicos em cada componente do IDHM individualmente.

Os resultados encontrados mostraram que a hipótese do estudo não pode ser aceita. Em outras palavras, atestou-se que municípios que realizam maiores gastos públicos e aqueles que são classificados com IDHM mais alto não atendem a uma relação linear, ou seja, maiores investimentos não significam necessariamente um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal elevado. Este resultado foi alcançado visto que apenas algumas das variáveis de gastos públicos e as variáveis socioeconômicas selecionadas para a pesquisa são significantes ou impactam positivamente no IDHM.

Desta forma, conclui-se que há outras variáveis além das utilizadas nesta pesquisa que expliquem municípios com melhores Índices de Desenvolvimento Humano.

Os dados utilizados nesta pesquisa são divulgados por órgãos públicos e muitos destes não possuem todas as informações necessárias. 21% dos municípios cearenses não apresentaram suas contas e por isso estas não constam na amostra. Logo, a falta destes dificulta a análise, pois o resultado alcançado poderia ser outro.

Até então, poucos estudos que analisam IDH com gastos públicos foram apresentados, o que novamente se torna uma dificuldade, pois não é possível comparar os resultados aqui obtidos com outras amostras.



Os resultados obtidos por meio de técnicas estatísticas mostram aos gestores públicos quais das variáveis econômicas e socioeconômicas fomentam o desenvolvimento social e poderão a partir deste resultado gerenciar suas ações e aperfeiçoar a aplicação dos recursos públicos de forma a melhorar a qualidade de vida da população. Portanto, este estudo mostra que a presença do Estado é essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e social dos municípios de forma que este pode alocar os recursos em áreas onde se sabe que o resultado será otimizado.

Estes resultados poderão auxiliar também em outras pesquisas futuras que busquem identificar a qualidade e efetividade dos gastos públicos, visto que hoje se tem acesso apenas aos valores quantitativos dos mesmos. Desta forma, sugere-se que novas formas de analisar os gastos públicos que não de forma quantitativa sejam pensadas e executadas para que a população possa assim visualizar de que forma seus tributos estão sendo empregados.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. \_\_\_\_\_. **Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei n.101, de 15 de dezembro de 2000**.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, 2008
- CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. Os Gastos Públicos no Brasil são Produtivos? **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília-DF, v. 23, p. 233-260, 2001.
- CAVASSIN, S. A. **Uso de metodologias multicritério na avaliação de municípios do Paraná com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Dissertação (Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia) – Universidade Federal do Paraná, 2004.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.
- FERNANDES, M.A. da C. et al. **Gasto social nas três esferas de governo – 1995**. Brasília, IPEA, 1998.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.
- HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.
- IPEA. Finanças Públicas. **Carta de Conjuntura**. 2011
- JANN, W.; WEGRICH, K. Theories of the policy cycle. In: FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M. (Ed.). **Handbook of public policy analysis**. New York: CRC Press, 2007.
- JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas/SP: Alínea, 2004.
- JUSBRASIL. **Receita Tributária**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/331349/receita-tributaria>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016
- LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936.
- LUCHT FILHO, H. **Desenvolvimento x crescimento econômico: uma análise histórica das teorias**. Artigo submetido ao PET Economia – Universidade Federal do Paraná, 2004.

- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980
- MALTHUS, T. *An Essay on the Principle of Population.* London: J. Johnson, in *St. Paul's Church-Yard*, 1798.
- MARIOTTI, F.C.E. *As contas públicas, o Gasto e suas derivações.* Santa Maria, 2015
- MILES, I. **Social indicators for human development.** New York: St. Martin's Press, 1985.
- MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.
- ORSI, R. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar?** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Rio Claro, São Paulo, 2009.
- PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia científica.** Juruá Editora, 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro.** Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_municipal.pdf](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal.pdf). Acesso em 14 de dezembro de 2015
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é o IDH.** Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH). Acesso em 18 de outubro de 2015
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1997.** Oxford University Press, 1997.
- RESENDE, G.M. **Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais (Volume 1).** Rio de Janeiro, IPEA, 2014.
- REZENDE, A. J. ; SLOMSKI, V. ; CORRAR, L. J. . A Gestão Pública Municipal e a Eficiência Dos Gastos Públicos: Uma Investigação Empírica Entre As Políticas Públicas E O Índice De Desenvolvimento Humano (IDH) Dos Municípios Do Estado De São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. v.1, p. 1-15, 2005.
- RICARDO, D. **On the Principles of Political Economy and Taxation.** London: John Murray, 1817.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1966.
- SANT'ANNA, A. P. Alternativas probabilísticas para a composição do indicador de desenvolvimento humano. **Anais do X congresso nacional de excelência em gestão**, Rio de Janeiro, 2014.
- SCARPIN, J. E. ; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes o índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de

controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, 41(5):909-33, Set./Out. 2007.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Gastos Públicos**. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/gasto-p%C3%BAblico>. Acesso em: 14 de dezembro de 2015

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. **Glossário**. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1>. Acesso em 28 de janeiro de 2016

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Index (HDI)**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.